



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área/Especialidade Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

**Liberdade minha, liberdade tua**

*Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.*

*Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?*

*Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.*

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
  - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
  - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
  - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
  - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
  - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
  - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
  - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
  - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.

3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
  - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
  - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
  - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
  - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
  - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
  - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.

5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
  - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
  - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
  - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
  - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.

6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
  - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
  - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
  - (D) Afirmo, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
  - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) ..... (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não ..... (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe ..... (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que ..... (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se ..... (**importa**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

**Atenção:** As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

### **Legalidade e legitimidade**

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) *Em deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

**Atenção:** As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

### **Acerca de Montaigne**

*Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.*

*Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.*

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



<p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p>
<p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p>	<p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p>
<p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p>	<p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.</p>



<p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p>	<p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p>
<p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p>	<p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p>	<p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p>
<p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p>	<p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p>	
<p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p>	<p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p>



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O Conselho Nacional do Ministério Público

- (A) é integrado, além de outros membros, por dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pelo Congresso Nacional e outro pela Advocacia-Geral da União.
- (B) escolherá, em votação pública e aberta, um Corregedor nacional, dentre os membros que o integram, permitida a recondução.
- (C) compõe-se de onze membros, nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (D) é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) tem dentre outras competências, a de efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

32. Quanto a responsabilidade do Presidente da República, considere as assertivas abaixo.

- I. Nas infrações penais comuns será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- II. Nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal, ficará ele afastado de suas funções.
- III. Para ser submetido a julgamento por infração penal comum ou crime de responsabilidade, a acusação contra ele deverá ser admitida pela maioria simples do Congresso Nacional.
- IV. Nas infrações comuns, enquanto não sobrevier sentença condenatória, o Presidente não estará sujeito a prisão.
- V. Se, decorrido o prazo de 180 dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e V.

33. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, no prazo de

- (A) 30 dias contados da proclamação do resultado da eleição.
- (B) 15 dias contados da diplomação.
- (C) 30 dias contados da data do pleito eleitoral.
- (D) 15 dias contados da posse no cargo eletivo.
- (E) 15 dias contados do início do exercício no cargo eletivo.

34. De acordo com a Constituição Federal, o número de Deputados Federais, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido proporcionalmente à população, por

- (A) lei complementar, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- (B) lei delegada, procedendo-se aos ajustes necessários, no máximo até 120 dias antes das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de dez ou mais de sessenta Deputados.
- (C) decreto legislativo, procedendo-se aos ajustes necessários, no máximo sessenta dias das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de seis ou mais de oitenta Deputados.
- (D) resolução do Senado Federal, procedendo-se aos ajustes necessários, no máximo até noventa dias das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de nove ou mais de noventa Deputados.
- (E) lei ordinária, procedendo-se aos ajustes necessários, no máximo cinco meses das eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de cinco ou mais de sessenta e cinco Deputados.

35. Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros

- (A) do Ministério Público, com mais de 10 anos de carreira, e de advogados, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (B) da Defensoria Pública, com mais de 5 anos de carreira, e de advogados, com mais de 5 anos de efetiva inscrição na OAB, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (C) do Ministério Público, com mais de 5 anos de carreira, e de Procuradores do Estado, com mais de 5 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplex pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (D) da Procuradoria do Estado, com mais de 7 anos de carreira, e de advogados, com mais de 7 anos de inscrição na OAB, indicados em lista tríplex pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (E) da Defensoria Pública, com mais de 10 anos de carreira, e de Promotores de Justiça, com mais de 5 anos de carreira, indicados em lista tríplex pelos órgãos de representação das respectivas classes.



36. Em tema de processo legislativo é INCORRETO afirmar que:
- (A) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
  - (B) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
  - (C) a deliberação do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias, nos dois turnos de votação, independerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
  - (D) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
  - (E) o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
37. Quanto ao regime jurídico da Administração Pública é correto afirmar:
- (A) A opção pelo regime de direito público ou de direito privado é feita exclusivamente pela Constituição Federal.
  - (B) O regime jurídico das empresas concessionárias e permissionárias para a execução de serviços públicos delegados, pode ser fixado por decreto do Poder Executivo.
  - (C) Quando a Administração faz a opção pelo regime jurídico de direito privado, ela se sujeita integralmente a esse regime.
  - (D) A Administração Pública pode submeter-se a regime jurídico de direito privado ou regime jurídico de direito público.
  - (E) Quando o legislador for omissivo quanto ao regime a ser adotado na criação de uma pessoa jurídica, aplica-se o direito privado.
38. Sobre os órgãos e os agentes públicos é correto afirmar:
- (A) Os órgãos públicos são centros de competência, dotados de personalidade jurídica, instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.
  - (B) Os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes integrantes dos mesmos e são dotados de vontade e capazes de exercer direitos e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais.
  - (C) A distribuição de funções entre os vários órgãos da mesma Administração denomina-se descentralização.
  - (D) Os agentes públicos são pessoas físicas que executam função pública como prepostos do Estado, não integrando os órgãos públicos.
  - (E) Os agentes políticos, dada a sua importância, não se incluem entre os agentes públicos, não constituindo uma categoria destes.
39. Com referência aos serviços públicos é INCORRETA a afirmação:
- (A) Os serviços industriais são impróprios do Estado, por consubstanciarem atividade econômica que só pode ser explorada diretamente pelo Poder Público quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
  - (B) O Estado pode delegar a execução de serviço público por meio de concessão a empresas ou consórcios de empresas, os quais o executa por sua conta e risco.
  - (C) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
  - (D) Os serviços públicos são incumbência do Estado, que os presta sempre diretamente, podendo fazê-lo de forma centralizada ou por meio de entidades da Administração indireta.
  - (E) Os serviços públicos podem ser gerais ou individuais, sendo aqueles o que a Administração presta sem ter usuários determinados; e estes quando os usuários são determinados e a utilização é particular e mensurável para cada destinatário.
40. Sobre o controle da Administração Pública considere:
- I. Sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitam do poder regulamentar.
  - II. Anulação de um ato do Poder Executivo por decisão judicial.
  - III. A auditoria do Tribunal de Contas sobre despesas realizadas pelo Poder Executivo.
- As afirmações supra constituem, respectivamente, controle
- (A) popular; interno de legalidade e judicial.
  - (B) popular; prévio e externo.
  - (C) externo; externo e externo.
  - (D) externo; judicial e judicial.
  - (E) interno; prévio e externo.
41. A respeito do controle da Administração é correto afirmar:
- (A) Trata-se de controle externo a ação de órgãos ou agentes do Poder Judiciário para verificação da legitimidade e da regularidade dos atos praticados ainda que pelo próprio judiciário.
  - (B) O Poder Judiciário, quando provocado pelo interessado ou por legitimado, no exercício do controle judicial do ato administrativo, pode revogar ato praticado pelo Poder Executivo se constatado a sua ilegalidade.
  - (C) Compete ao Congresso Nacional, exclusivamente por meio da Câmara dos Deputados, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.
  - (D) A fiscalização da execução de um contrato durante a sua vigência é denominado controle prévio.
  - (E) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Congresso Nacional e a ele compete, dentre outras funções, fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.



42. No exercício do poder de polícia,
- (A) a Administração pode ditar e executar medidas restritivas do direito individual em benefício do bem-estar da coletividade e da preservação do próprio Estado.
  - (B) os atos praticados pela Administração, por serem discricionários, não podem ser objeto de contestação no Poder Judiciário.
  - (C) a Administração não pode demolir construção ilegal nem pode inutilizar gêneros alimentícios.
  - (D) o ato praticado pelo agente da Administração não se sujeita às condições de validade dos demais atos administrativos.
  - (E) quando se tratar de ação preventiva, a aplicação da sanção dispensa o devido processo e a ampla defesa do autuado.
43. A anulação e a revogação do ato administrativo sujeitam-se às seguintes regras:
- (A) A anulação do ato administrativo não pode ser decretada se o ato for vinculado.
  - (B) A revogação do ato administrativo produz efeito *ex tunc*; a anulação efeito *ex nunc*.
  - (C) Revogação é a supressão de um ato administrativo por ilegítimo e ilegal.
  - (D) Todo e qualquer ato administrativo pode ser revogado.
  - (E) Ato administrativo emanado do Poder Executivo pode ser anulado pela própria Administração, de ofício ou a requerimento do interessado, ou pelo Poder Judiciário, nesta última hipótese.
44. Sendo o ser humano sujeito de direitos e deveres, nos termos do disposto no art. 1º do Código Civil, pode-se afirmar que:
- (A) capacidade se confunde com legitimação.
  - (B) todos possuem capacidade de fato.
  - (C) capacidade é a medida da personalidade.
  - (D) não existe mais de uma espécie de capacidade.
  - (E) a capacidade de direito é sinônimo de capacidade limitada.
45. No direito brasileiro NÃO existe incapacidade de direito. Daí decorre que
- (A) as incapacidades civil e relativa não podem ser superadas, ainda que observados os requisitos da representação e da assistência.
  - (B) há várias espécies de incapacidade.
  - (C) incapacidade absoluta pode ser confundida com a relativa, dependendo das circunstâncias.
  - (D) a incapacidade relativa não permite que o incapaz pratique alguns atos da vida civil desassistido.
  - (E) existe apenas incapacidade de fato ou de exercício.
46. O pródigo
- (A) é portador de um desvio de personalidade.
  - (B) padece de um estado de alienação mental.
  - (C) poderá ser interdito para favorecer a seu cônjuge, ascendentes ou descendentes.
  - (D) ficará privado de dar autorização para casamento dos filhos.
  - (E) poderá praticar livremente alguns atos da vida civil que envolvam apenas pequenas questões patrimoniais.
47. Sendo a lei um conjunto de normas que regulam o comportamento humano, é correto afirmar que:
- (A) A lei, embora nascendo com a promulgação, só começa a vigorar com a sua publicação, 90 dias mais tarde.
  - (B) A lei passa obrigatoriamente por três fases: a da elaboração, a da promulgação e a da publicação, ainda que em eventual regime de exceção que esteja vivendo o país.
  - (C) A despeito de nascer com a promulgação, a lei pode excepcionalmente começar a vigorar com a sua publicação, 60 dias mais tarde.
  - (D) A lei entra em vigor na data da sua publicação, não há possibilidade de que venha a vigorar em data mais remota.
  - (E) Se durante a *vacatio legis* ocorrer a nova publicação de seu texto, para a correção de falha de ortografia, o prazo da obrigatoriedade não começará necessariamente a correr da nova publicação.
48. Considerando o domicílio a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito, é correto afirmar que:
- (A) os ciganos, andarilhos e caixeiros viajantes, tem que ter obrigatoriamente uma residência habitual.
  - (B) uma pessoa pode ter mais de um domicílio, mas não pode ter várias residências.
  - (C) é impossível alguém ter domicílio sem ter residência.
  - (D) a residência é um elemento do conceito de domicílio, o seu elemento objetivo.
  - (E) o agente diplomático que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, não poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.



49. O fato jurídico é todo acontecimento da vida relevante para o direito, mesmo que ilícito, podendo-se afirmar que:
- (A) os fatos humanos por si só, ou atos jurídicos em sentido amplo, não criam nem modificam direitos.
  - (B) fatos humanos e fatos naturais significam a mesma coisa, ainda que decorram uns da atividade humana e outros da natureza.
  - (C) os fatos naturais não se confundem, por exemplo, com o nascimento, a morte e a maioridade.
  - (D) os fatos extraordinários não guardam relação com tempestades, terremotos e raios, por exemplo.
  - (E) os fatos extraordinários não se enquadram na categoria dos fortuitos ou de força maior.
50. No que tange aos negócios jurídicos pode-se afirmar que
- (A) os negócios neutros podem ser enquadrados entre os onerosos ou os gratuitos.
  - (B) nos negócios jurídicos onerosos nem sempre ambos os contratantes auferem vantagens.
  - (C) não há nenhum negócio que não possa ser incluído na categoria dos onerosos ou dos gratuitos.
  - (D) nos negócios jurídicos gratuitos só uma das partes auferem vantagens ou benefícios.
  - (E) os negócios celebrados *inter vivos* não se destinam obrigatoriamente a produzir efeitos desde logo, ainda que estando vivas as partes.
51. Jurisdição é
- (A) a faculdade atribuída ao Poder Executivo de propor e sancionar leis que regulamentem situações jurídicas ocorridas na vida em sociedade.
  - (B) a faculdade outorgada ao Poder Legislativo de regulamentar a vida social, estabelecendo, através das leis, as regras jurídicas de observância obrigatória.
  - (C) o poder das autoridades judiciárias regularmente investidas no cargo de dizer o direito no caso concreto.
  - (D) o direito individual público, subjetivo e autônomo, de pleitear, perante o Estado a solução de um conflito de interesses.
  - (E) o instrumento pelo qual o Estado procede à composição da lide, aplicando o Direito ao caso concreto, dirimindo os conflitos de interesses.
52. Suspende-se o processo
- (A) pela convenção de arbitragem.
  - (B) quando o juiz acolher a exceção de litispendência.
  - (C) quando ocorrer a confusão entre autor e réu.
  - (D) quando o juiz acolher a alegação de perempção.
  - (E) pela perda da capacidade processual de qualquer das partes.
53. O juiz NÃO concederá a antecipação da tutela pretendida do pedido inicial se
- (A) houver fundado receio de dano de difícil reparação.
  - (B) houver fundado receio de dano irreparável.
  - (C) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa.
  - (D) houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
  - (E) ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu.
54. Extingue-se o processo com resolução de mérito, quando
- (A) o juiz pronunciar a prescrição.
  - (B) o juiz acolher a alegação de perempção.
  - (C) não ocorrer a possibilidade jurídica do pedido.
  - (D) o autor desistir da ação.
  - (E) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.
55. Indeferida a petição inicial, o autor poderá
- (A) intentar nova ação, pois do despacho de indeferimento não cabe recurso.
  - (B) interpor recurso de agravo retido.
  - (C) apelar, mas o juiz não poderá reformar a decisão, posto que não cabe o juízo de retratação no recurso de apelação.
  - (D) interpor agravo de instrumento junto ao tribunal competente.
  - (E) apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.
56. A respeito do recurso extraordinário, é certo que a existência de
- (A) questão relevante do ponto de vista político, que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, não será considerada repercussão geral.
  - (B) repercussão geral é de apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
  - (C) litisconsórcio ativo ou passivo com mais de dez litisconsortes será considerada repercussão geral.
  - (D) questão relevante do ponto de vista econômico, que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, não será considerada repercussão geral.
  - (E) repercussão geral decidida pela turma por no mínimo dois votos dispensará a remessa do recurso ao Plenário.



57. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído incontinenti, o relator
- (A) poderá, quando interposto contra decisão relativa aos efeitos em que a apelação foi recebida, converter o agravo de instrumento em agravo retido.
  - (B) deverá decidir com base nas peças constantes do instrumento, não podendo requisitar informações do juiz da causa.
  - (C) não poderá negar-lhe seguimento liminarmente, salvo se tiver sido interposto fora de prazo.
  - (D) poderá deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz a sua decisão.
  - (E) não poderá facultar ao agravado juntar com a resposta a documentação que entender conveniente, posto que o instrumento deve ser formado no momento da interposição.
58. Dos requisitos do estado de necessidade, é subjetivo:
- (A) o conhecimento da situação de fato.
  - (B) a ameaça de direito próprio ou alheio.
  - (C) cujo sacrifício era irrazoável exigir-se.
  - (D) a situação não provocada pela vontade do agente.
  - (E) a inexistência do dever legal de enfrentar o perigo.
59. O artigo 13, do Código Penal Brasileiro, que trata do resultado, ou seja, do efeito material da conduta humana, não se aplica aos crimes:
- (A) habituais, comissivos e de mera conduta.
  - (B) permanentes, formais e comissivos.
  - (C) formais, omissivos próprios e de mera conduta.
  - (D) comissivos, culposos e formais.
  - (E) omissivos próprios, habituais e culposos.
60. A participação é impunível, quando
- (A) há ineficácia absoluta do meio de execução.
  - (B) ocorre a desistência voluntária.
  - (C) ocorre o arrependimento eficaz.
  - (D) o crime não chega à fase de execução.
  - (E) há arrependimento posterior.
61. Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou crime:
- (A) doloso puro.
  - (B) preterdoloso.
  - (C) doloso misto.
  - (D) culposo misto.
  - (E) doloso alternativo.
62. Os crimes contra as finanças públicas cometidos por agente público que possua atribuição legal para ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, classificam-se como crime
- (A) de estelionato.
  - (B) de peculato.
  - (C) de fraude.
  - (D) de apropriação indébita.
  - (E) próprio.
63. Quem patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público,
- (A) responderá no máximo por crime culposo.
  - (B) não pratica nenhuma infração, se advogado.
  - (C) pratica o crime de Advocacia Administrativa.
  - (D) não pratica nenhum crime, posto que tinha pleno conhecimento da legalidade do ato.
  - (E) não responderá pela prática se ocupante de cargo de comissão ou função de direção.
64. A nova lei processual penal
- (A) é de incidência imediata, pouco importando a fase em que esteja o processo.
  - (B) não é aplicável aos processos, ainda em curso, iniciados na vigência da lei processual anterior.
  - (C) não é aplicável aos processos de rito ordinário, ainda em andamento, quando de sua vigência.
  - (D) é aplicável, inclusive, aos processos já findos.
  - (E) é aplicável somente aos processos, ainda em curso, da competência do Tribunal do Júri.
65. Nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação poderá ser retratada até
- (A) o interrogatório do réu.
  - (B) a instauração do inquérito policial.
  - (C) o oferecimento da denúncia.
  - (D) a sentença condenatória definitiva.
  - (E) o trânsito em julgado da sentença condenatória.
66. Diante da morte do ofendido, caso o direito de prosseguir na ação penal privada não seja exercitado dentro de 60 dias, ocorrerá a extinção da punibilidade em decorrência da
- (A) perempção.
  - (B) prescrição da pretensão punitiva.
  - (C) renúncia.
  - (D) decadência.
  - (E) retratação.



67. No caso do Promotor de Justiça requerer o arquivamento do inquérito policial por entender ausente a justa causa para a instauração da ação penal, havendo discordância do Juiz, este deverá
- (A) intimar a vítima para propor ação penal privada.
  - (B) determinar, de ofício, a devolução do inquérito policial à polícia para novas diligências.
  - (C) nomear outro Promotor de Justiça para ofertar a denúncia.
  - (D) remeter os autos à consideração do Procurador-Geral de Justiça.
  - (E) remeter ao Presidente do Tribunal de Justiça.
- 
68. A impossibilidade da identificação do indiciado, preso, com seu verdadeiro nome ou outros qualificativos implicará
- (A) na devolução do inquérito policial à polícia para diligências no sentido de esclarecer a verdadeira identificação do indiciado.
  - (B) no não retardamento da propositura da ação penal.
  - (C) no arquivamento do inquérito policial, até que se descubra a verdadeira identificação do indiciado.
  - (D) na rejeição da denúncia que vier a ser ofertada pelo Ministério Público.
  - (E) na remessa dos autos, pelo Juiz, à consideração do Procurador-Geral de Justiça.
- 
69. A nulidade absoluta pode ser decretada
- (A) somente pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) somente até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  - (C) somente até a prolação da sentença condenatória de primeira instância.
  - (D) somente a requerimento do Ministério Público.
  - (E) mesmo após o trânsito em julgado da decisão condenatória.
- 
70. Sentença absolutória imprópria é a que
- (A) concede ao acusado a suspensão condicional da pena.
  - (B) impõe ao acusado somente medida de segurança.
  - (C) substitui a pena privativa da liberdade por multa.
  - (D) substitui a pena privativa da liberdade por pena restritiva de direitos.
  - (E) estabelece o regime prisional aberto para o cumprimento da pena privativa da liberdade.